

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2011
(Do Sr. Amauri Teixeira)

Solicita ao Sr. Ministro de Estado da Justiça que forneça um relatório detalhado sobre a Ação de Reintegração de Posse realizada pela Polícia Federal no dia 01 de fevereiro, na Comunidade Indígena Tupinambá do Acuípe.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 24, inciso V; 115, inciso I, e 116 do Regimento Interno, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado Justiça que forneça um relatório detalhado sobre a Ação de Reintegração de Posse do realizada pela Polícia Federal realizada no dia 01 de fevereiro, na Comunidade Indígena Tupinambá do Acuípe.

Justificativa

Chegou ao nosso conhecimento que no início da manhã de hoje, 01 de fevereiro de 2012, a Polícia Federal, em Una, invadiu a Comunidade Indígena Tupinambá do Acuípe de Baixo (área de retomada), localizada a 30 km de Ilhéus para cumprir mandado de reintegração de posse.

A terra Tupinambá de Olivença foi reconhecida como território tradicional pela FUNAI, abrangendo os municípios de Ilhéus, Buerarema e Una, em um total de 47.376 hectares, por relatório publicado no Diário Oficial da União, no dia 20 de abril de 2009.

Não é possível que a intimidação, o racismo institucional e abuso de autoridade, sejam praticados em nossas instituições, pois, casas foram derrubadas, e ainda há ameaça de que outras casas sejam derrubadas. Existe informações de que acontecerá intervenções em todas as áreas de retomada do Litoral Sul, a exemplo das Aldeias Tupinambá de Taba Jayry, Tupã, Itapoã e Syryíba, fato que agravará ainda mais a situação.

Informamos que as instituições que tem atribuições constitucionais (FUNAI, MPF, AGU) não foram devidamente comunicadas sobre a ação para resguardar a integridade física, moral e também os seus direitos humanos.

Neste sentido solicito a apuração dos fatos, e medidas são necessárias para que os prejuízos dos povos indígenas sejam ressarcidos, assim como a

finalização do processo de demarcação da Terra Indígena de Olivença, e ainda a recondução da comunidade Tupinambá do Acuípe de Baixo para área desocupada.

Portanto o requerimento de informação ora proposto tem o objetivo de esclarecer a Ação da Polícia Federal na Comunidade Tupinambá do Acuípe de Baixo, assim como garantir o direito daquela comunidade.

Sala das Sessões, em de setembro de 2011

**Deputado Amauri Teixeira
(PT/BA)**